

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	7
PREFÁCIO.....	11
APRESENTAÇÃO.....	15
NOTA DO AUTOR.....	19
INTRODUÇÃO – AMBIGUIDADE NORMATIVA E FUNÇÃO JURISDI- CIONAL: DA DIVERGÊNCIA À UNIFORMIZAÇÃO.....	33
1. Atividade jurisdicional e criação do direito: a jurisprudência como fe- nômeno de redução de ambiguidades.....	33
2. Divergência jurisprudencial e uniformização da jurisprudência.....	42
3. Direito jurisprudencial: da uniformização à vinculação.....	45
CAPÍTULO 1 – NORMAS FUNDAMENTAIS E DEVERES ESTRUTU- RANTES DO SISTEMA DE VALORIZAÇÃO DA JURISPRUDÊN- CIA, SÚMULAS E PRECEDENTES QUALIFICADOS.....	61
1.1 A valorização da jurisprudência no processo civil brasileiro: panorama geral.....	61
1.2 Jurisprudência, súmulas e precedentes qualificados: aspectos conceitu- ais.....	64
1.3 Deveres estruturantes do sistema de valorização da jurisprudência, sú- mulas e precedentes qualificados.....	71
1.3.1 Deveres dos órgãos formadores da jurisprudência, súmulas e precedentes qualificados.....	71
a) Dever de uniformização.....	74
b) Dever de formalização.....	76
c) Dever de orientação.....	81
d) Dever de adstrição ao caso concreto.....	85

e) Dever de pronunciamento sobre a (des)necessidade modulação	88
1.3.2 Deveres dos órgãos aplicadores de jurisprudência, súmulas e precedentes qualificados	98
a) Dever de estabilidade	100
b) Dever de integridade	106
c) Dever de coerência	110
d) Dever de observância obrigatória.....	115
e) Dever de correlação.....	124
f) Dever de consideração	128
CAPÍTULO 2 – TIPOLOGIA E FUNCIONALIDADES DOS PRONUNCIAMENTOS JUDICIAIS VINCULANTES.....	131
2.1 Considerações iniciais.....	131
2.2 Tipologia e funcionalidades dos pronunciamentos judiciais vinculantes em espécie	137
2.2.1 As decisões do STF em controle concentrado de constitucionalidade	137
2.2.2 As súmulas vinculantes	144
2.2.3 Os acórdãos proferidos em incidentes de assunção de competência, de resolução de demandas repetitivas, em julgamento de recurso extraordinário ou especial repetitivos e recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida.....	151
2.2.3.1 Julgamento de recurso extraordinário e recurso especial repetitivos.....	154
2.2.3.2 Acórdãos proferidos em incidente de assunção de competência	157
2.2.3.3 Acórdãos proferidos em incidente de resolução de demandas repetitivas	160
2.2.3.4 Declaração de existência ou inexistência da repercussão geral e julgamento de mérito do recurso extraordinário pela sistemática da repercussão geral	163
2.2.4 Os enunciados de súmulas de jurisprudência dominante	173
2.2.5 As orientações do plenário ou do órgão especial dos tribunais..	179
2.3 Os papéis reservados pelo CPC à jurisprudência não formalizada	181
2.4 Hierarquia entre os tipos de pronunciamentos vinculantes e a jurisprudência	186

2.5	Quadro sinótico: Tipo de pronunciamento e respectivos elementos do tipo	189
2.6	Quadro sinótico: Tipologia dos pronunciamentos vinculantes x funcionalidades	190
CAPÍTULO 3 – O SISTEMA DE VALORIZAÇÃO DAS SÚMULAS E DOS PRECEDENTES QUALIFICADOS À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL: FUNDAMENTOS, LIMITES E POSSIBILIDADES.....		193
3.1	Estrutura normativa do modelo constitucional de processo civil: princípios processuais na Constituição Federal	196
3.2	Os múltiplos papéis dos princípios constitucionais.....	203
	3.2.1 Especialmente sobre a função interpretativa dos princípios e a interpretação dos princípios processuais	208
3.3	As regras processuais na Constituição Federal.....	211
3.4	Técnica de solução de conflitos entre princípios constitucionais: o princípio da proporcionalidade	214
3.5	Desdobramentos decorrentes das normas constitucionais: os direitos e garantias processuais fundamentais e as garantias institucionais.....	222
3.6	O modelo constitucional de processo civil: elenco dos princípios processuais constitucionais e de seus impactos na formação e aplicação dos pronunciamentos vinculantes	226
	3.6.1 Acesso à justiça	227
	3.6.2 Contraditório e ampla defesa	229
	3.6.3 Publicidade	236
	3.6.4 Motivação das decisões judiciais	239
	3.6.5 Juiz natural.....	244
	3.6.6 Duplo grau de jurisdição	252
	3.6.7 Devido processo legal.....	254
	3.6.8 Duração razoável do processo	257
3.7	Especialmente sobre a influência do princípio da isonomia no processo civil: a dupla perspectiva do princípio da igualdade para o processo	260
CAPÍTULO 4 – TÉCNICAS DE UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA E DE FORMAÇÃO DE SÚMULAS E PRECEDENTES QUALIFICADOS		267
4.1	Generalidades.....	267

4.2	Os recursos excepcionais como técnicas de uniformização de jurisprudência: a função dos tribunais superiores e dos recursos extraordinário e especial.....	272
4.2.1	O papel do STF na uniformização da jurisprudência.....	272
4.2.2	Sobre o STJ e o recurso especial.....	276
4.2.3	Aspectos comuns à admissibilidade, tramitação e julgamento dos recursos excepcionais (foco na capacidade de uniformização)	280
4.2.4	A exigência do prequestionamento como decorrência lógica da precípua função dos recursos excepcionais	287
4.2.5	A relevância da questão federal no recurso especial	291
4.2.6	Os embargos de divergência nos recursos especial e extraordinário	299
4.3	Procedimentos de formação dos precedentes qualificados: aspectos gerais e comuns a todas as técnicas de formação de precedentes qualificados.....	315
4.3.1	A importância da decisão de afetação, delimitação do tema e demais atividades preparatórias ao julgamento da controvérsia.	317
4.3.2	A suspensão dos feitos que versam sobre a mesma matéria	326
4.3.3	A maximização dos princípios do contraditório, da cooperação e da fundamentação do precedente qualificado	331
4.3.4	A distinção preventiva.....	339
4.3.5	As técnicas de enfrentamento e de pronunciamento sobre a modulação de efeitos.....	344
4.3.5.1	Especialmente sobre o contraditório e motivação da decisão de modulação: necessidade de enfrentamento efetivo dos critérios ensejadores da modulação.....	360
4.3.5.2	Especialmente sobre a modulação em processo posterior ante a ausência de modulação no precedente qualificado: a modulação como técnica de aperfeiçoamento do precedente qualificado e a possibilidade de ‘modulação difusa’.....	367
4.4	A formação dos precedentes qualificados no julgamento de casos repetitivos.....	372
4.4.1	Litigiosidade de massa e tratamento coletivizado das demandas repetitivas.....	372
4.4.2	Procedimento do incidente de resolução de demandas repetitivas	379

4.4.2.1	Especialmente sobre a impossibilidade de instauração de IRDR nos juizados especiais e sobre a vinculação dos órgãos desse microsistema ao decido no incidente	400
4.4.3	Processamento e julgamento dos recursos extraordinário e especial repetitivos	402
4.5	Técnicas incidentais de formação de precedentes qualificados sobre questões não repetitivas	414
4.5.1	Procedimento do incidente de assunção de competência	414
4.5.2	Procedimento do incidente de constitucionalidade: cláusula de reserva de plenário e uniformização interna da questão constitucional	425
4.5.3	Procedimento de reconhecimento da repercussão geral e do julgamento do mérito do recurso extraordinário pela ‘sistemática’ da repercussão geral.....	428
4.6	Os recursos no procedimento de formação e o aperfeiçoamento dos precedentes qualificados	437
4.6.1	Embargos de declaração no procedimento de formação de precedentes qualificados	437
4.6.1.1	Especialmente sobre o efeito suspensivo ope judicis dos embargos de declaração opostos em face de precedentes qualificados	450
4.6.2	Recursos especial e extraordinário contra acórdãos proferidos em Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e Incidente de Assunção de Competência (IAC)	457
4.6.3	Recurso extraordinário contra acórdão proferido em RESP Repetitivo	465
4.6.3.1	Especialmente sobre o efeito suspensivo ope judicis do Recurso extraordinário contra acórdão proferido em RESP Repetitivo.....	471
4.7	Procedimento(s) de edição de súmulas de jurisprudência dominante .	474
4.7.1	Especialmente sobre o procedimento de edição de súmulas vinculantes	479
CAPÍTULO 5 – TÉCNICAS DE IDENTIFICAÇÃO, CORRELAÇÃO E AFASTAMENTO DOS PRECEDENTES E SÚMULAS: A INFLUÊNCIA DA JURISPRUDÊNCIA E DOS PRECEDENTES QUALIFICADOS NO CONTEÚDO DAS DECISÕES JUDICIAIS		485
5.1	Generalidades	485
5.2	Técnica de identificação da norma-precedente	489

5.2.1	<i>Ratio decidendi</i> e <i>obiter dictum</i> na teoria dos precedentes	491
5.2.2	Tese jurídica e <i>ratio decidendi</i> no sistema de precedentes qualificados	502
5.2.3	A técnica de elaboração da ‘tese jurídica’ no ordenamento brasileiro.....	507
	a) A tese deve guardar correspondência (ou correlação) com o caso concreto que lhe deu origem.....	509
	b) A ‘tese jurídica’ deve ter, sempre que possível, estrutura de regra	512
	c) A tese deve evitar, ao máximo, utilizar expressões vagas e conceitos jurídicos indeterminados.....	515
	d) A tese deve indicar o seu alcance temporal, devendo nela constar eventuais limitações decorrentes da modulação de efeitos	519
	e) A ‘tese’ pode representar um ou mais elementos da <i>ratio decidendi</i>	527
	f) A ‘tese jurídica’ deve ser interpretada à luz dos outros elementos do acórdão que lhe deram origem	530
	g) A tese é passível de interpretação e, por isso, pode carecer de aperfeiçoamento, no próprio processo de formação, ou em feitos subsequentes em que venha a ser invocada; além disso, se submete às técnicas de distinção e de superação.	530
5.2.4	Os limites e as funcionalidades da ‘tese jurídica’ e da <i>ratio decidendi</i>	532
5.3	Técnica de correlação entre o caso-precedente e o caso apreciado	540
5.3.1	A invocação do precedente qualificado fora da hipótese fática de sua formação e a possibilidade de redimensionamento da <i>ratio decidendi</i>	544
5.4	Técnicas de afastamento racional das súmulas e dos precedentes qualificados: distinção e superação de entendimentos	562
5.4.1	Distinção: da alegação à decisão judicial	563
	5.4.1.1 Generalidades	563
	5.4.1.2 A distinção por força da incidência de normas jurídicas diferentes.....	572
	5.4.1.3 A distinção como técnica de argumentação das partes.	574
	5.4.1.4 A distinção sob a perspectiva da decisão judicial.....	577
5.4.2	Superação: limites e possibilidades.....	579

5.4.2.1 Pressupostos para a realização da superação na teoria geral dos precedentes.....	584
5.4.2.2 Técnicas de realização da superação no ordenamento brasileiro.....	590
5.4.2.3 Especialmente sobre a superação por modificação jurídica e a possibilidade de utilização da técnica de superação-afastamento	594
5.4.2.4 A superação enquanto técnica de argumentação das partes.....	600
CAPÍTULO 6 – INFLUÊNCIA DA JURISPRUDÊNCIA UNIFORMIZADA E DOS PRECEDENTES QUALIFICADOS NO PROCEDIMENTO: TÉCNICAS DE ACELERAÇÃO PROCEDIMENTAL FULCRADAS NA PRÉVIA UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA.....	
6.1 Generalidades: a prévia uniformização de entendimentos como fator legitimador para a aceleração da prestação jurisdicional	605
6.2 Técnicas de aceleração procedimental fulcradas em súmulas e precedentes em espécie	606
6.2.1 Julgamento liminar de improcedência.....	606
6.2.2 Julgamento monocrático pelo relator	616
6.2.3 Aplicação pelo tribunal local da tese consagrada nos recursos especial e extraordinário repetitivos e no julgamento de mérito do recurso extraordinário pela sistemática da repercussão geral	620
6.2.4 Aplicação do entendimento do STF acerca da existência ou inexistência da repercussão geral aos recursos extraordinários que envolvam a mesma questão constitucional.....	629
6.2.5 Dispensa de reexame necessário e outros impactos na atuação da Fazenda Pública em juízo	634
CAPÍTULO 7 – APERFEIÇOAMENTO, REDIMENSIONAMENTO, DISTINÇÃO E SUPERAÇÃO CONCENTRADAS DOS PRECEDENTES QUALIFICADOS	
7.1 Generalidades.....	639
7.2 Vícios intrínsecos à formação dos precedentes que ensejam a necessidade de reafirmação, aperfeiçoamento, redimensionamento do precedente qualificado.....	647
7.2.1 Incompletude e vagueza da tese jurídica e da ratio decidendi ..	647
7.2.2 Inexistência de maioria na formação da ratio decidendi.....	662
7.2.3 Ausência de definição do alcance temporal.....	676

7.3	Instrumentos de reafirmação, aperfeiçoamento, redimensionamento e afastamento racional concentrado do precedente qualificado	691
7.3.1	Os papéis reservados aos Tribunais de 2º grau na análise da admissibilidade dos recursos excepcionais e a possibilidade de seleção de recursos representativos da controvérsia	691
7.3.1.1	Possibilidade de seleção de tema repetitivo e recursos representativos da controvérsia	694
7.3.1.2	Afastamento da alegação de distinção pelo tribunal <i>a quo</i> em sede de agravo interno e o “gargalo” sistemático	698
7.3.1.3	Recursa de realização do juízo de retratação pelo tribunal <i>a quo</i> e afetação nos termos do art. 1.041 do CPC .	709
7.3.1.4	Incompatibilidade da Súmula 83 do STJ com a natureza da análise da admissibilidade do recurso especial pelo tribunal <i>a quo</i> : uma proposta de superação sistemática.....	711
7.3.4	Distinção e superação repetitivas e a possibilidade de IRDR ...	717
7.3.5	Afetação de novos recursos extraordinário com repercussão geral reconhecida e especial repetitivo e a técnica de ‘refetação’ do tema	722
7.3.6	Reclamação: do respeito à superação do precedente qualificado.....	736
7.3.6.1	Origens, natureza e funcionalidades da reclamação no ordenamento brasileiro.....	736
7.3.6.2	Hipóteses de cabimento da reclamação.....	747
7.3.6.3	A admissibilidade da reclamação para fins de reafirmação, redimensionamento ou superação do precedente qualificado.....	755
7.3.6.4	A ampliação do alcance e autoridade do julgamento em sede de reclamação como forma de se evitar a multiplicidade de reclamações em torno do mesmo precedente: a formação de precedente qualificado em sede de reclamação	759
	REFERÊNCIAS	763